



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

8.1.1. - Identificação:

- *Município de Mogadouro*
- *Número de Identificação Fiscal: 506851168*
- *Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO*
- *Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874*
- *MAIL - geral@mogadouro.pt*
- *Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral, embora durante o ano de 2017 tenha sido mensal.*
- *N.º de Eleitores em 2017: 10.773 - D.R. n.º 43, II Série de 01/03/2018*

8.1.3. - Estrutura Organizacional

	<i>Data da aprovação</i>	<i>Data de publicação</i>	<i>Diário República</i>
<i>Estrutura Orgânica</i>	<i>21 de dezembro de 2012</i>	<i>17 de janeiro de 2013</i>	<i>N.º 12 - II Série</i>
<i>Mapa de Pessoal</i>	<i>Câmara</i>	<i>Assembleia</i>	
	<i>26/11/2013</i>	<i>20/12/2013</i>	

8.1.4. - Descrição sumária das atividades:



O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro, cujas atividades desenvolvidas durante o ano se encontram descritas nos Relatório de Gestão.

8.1.5.- Recursos Humanos – Órgão Executivo

De 1 de janeiro a 18 de outubro

- *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães*
- *António Joaquim Pimentel*
- *Evaristo António Neves*
- *João Manuel dos Santos Henriques*
- *Joana Filipa Vicente Silva*
- *Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves*
- *Virgínia Cordeiro Gomes Vieira*

De 20 de outubro a 31 de Dezembro

- *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães*
- *Manuel da Ressurreição Cordeiro*
- *Evaristo António Neves*
- *Daniel Fernando Ribeiro Salgado*
- *Joana Filipa Vicente Silva*
- *Alexandra Carlota Amém Morais Machado*
- *Virgínia Cordeiro Gomes Vieira*

Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

- *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente*
- *Evaristo António Neves - Vice-Presidente*
- *Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora*
- *Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora*

8.1.6. - Organização Contabilística:



Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro).

8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)

Indicadores de Gestão:

<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>8.773.560,00€</i>
<i>Fundo Social Municipal</i>	<i>177.796,00€</i>
<i>Participação fixa no IRS</i>	<i>117.249,00€</i>
<i>Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>11.653.088,79€</i>
<i>Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>2.480.927,06€</i>
<i>Despesas com pessoal do quadro</i>	<i>2.167.807,08€</i>
<i>Despesas com pessoal em qualquer outra situação</i>	<i>438.114,85€</i>

Ações Inspetivas:

- Data da última ação: 28/11/2005*
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005*
- Entidade: I.G.A.T.*
- N.º Processo: S.P.40800*

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º de processo S.P.40800-IO/2011.

**Serviços Municipalizados:**

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

Regulamentos/Diretivas/Internas:

- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

Documentos de Gestão:

	<i>Data de Aprovação pelo Órgão Executivo</i>	<i>Data de Aprovação Órgão Deliberativo</i>
<i>Grandes Opções do Plano - 2017</i>	<i>25 de outubro de 2016</i>	<i>15 de dezembro de 2016</i>
<i>Orçamento para 2017</i>	<i>25 de outubro de 2016</i>	<i>15 de dezembro de 2016</i>
<i>Documentos de Prestação de Contas</i>		

8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL**

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".



Aqui, pode-se colocar como exceção os procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura ainda não está implementada no Município de Mogadouro, porque para o seu pleno funcionamento, é necessário ter as aplicações de POCAL; aprovisionamento; pessoal; gestão de imobilizado; máquinas e viaturas e gestão de atividades, a trabalhar de forma integrada, o que ainda não acontece.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente com as Existências, o Imobilizado e as Amortizações:

8.2.3.1 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

As Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas estão contabilizadas pelo respetivo valor histórico de aquisição ou de produção e no caso dos imóveis em que o valor de aquisição ou produção se desconhece, foi considerado o valor atribuída pela Autoridade Tributária Aduaneira.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.



O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofreram grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, relacionados com bens que se tornaram inoperacionais, foram abatidos alguns bens no valor total de 18.588,90 €.

Já quanto aos bens imóveis, foi abatido o valor global de 261.422,76 euros, correspondente a regularizações pela alienação a título oneroso de terrenos no valor de 2.562,47€, 69.831,70€ relativos a destaque de terrenos a afetar à III fase da Zona Industrial e 189.028,59€ relativos ao Canil Intermunicipal, que é gerido pelo Município de Vimioso.

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital e obrigações a títulos de participação), foram contabilizados pelo custo de aquisição e indicação da DGAL respetivamente.

Bens do domínio público

Os bens do domínio público com o valor líquido de 30.240.352,54€, registaram uma quebra de 2.998.514,18€ em relação ao ano anterior, resultante do aumento do valor das amortizações.

Imobilizações Incorpóreas

Este item, que regista o software informático e outras despesas e que têm uma elevada taxa de amortização, cujo valor é amortizado em 3 anos, regista uma diminuição de 134.468,06€ em relação ao ano de 2016.

Imobilizações corpóreas



Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 44.720.537,43€, com aumentos nas rubricas de terrenos, equipamento de transporte e imobilizações em curso e diminuições nos edifícios e outras construções, no equipamento básico, nas ferramentas e utensílios, no equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas, apresentando no total, uma diminuição de 678.770,62€.

Investimentos Financeiros – Partes de Capital

A rubrica de "Partes de Capital" regista o valor de 700.459,96€, sendo que 3.740,98 € são relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes e 696.718,98€ ao Fundo de Apoio Municipal. Foi abatido o valor de 2.750 euros relativos à Resíduos do Nordeste, por alteração estatutária em que o Município de Mogadouro passa a ter uma participação indireta através da Associação de Municípios do Douro Superior.

O mapa detalhado das Amortizações e Provisões, diz-nos que as amortizações acumuladas registam um aumento, em termos absolutos de 6.694.180,82€ face a 2016, apresentando no final do ano, o saldo final de 81.802.899,43€. Durante o ano em análise verificam-se 6.775.228,62€ de Amortizações e 81.047,80€ de Regularizações.

8.2.3.2 Amortizações e provisões

As imobilizações corpóreas estão valorizadas pelos valores de aquisição /produção, líquido das reintegrações acumuladas, e sujeitas a amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;

**8.2.3.3 Existências**

Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado. O custo de aquisição inclui os gastos necessários para as colocar no seu estado atual.

O critério valorimétrico das saídas de existências, é o custo médio ponderado, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

No final do ano, o armazém regista o valor de 149.880,07€, desagregado conforme o mapa seguinte refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água, peças e acessórios a utilizar na reparação de viaturas e equipamentos e outros.

EXISTÊNCIAS - 2017	
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	<i>5.016,21€</i>
<i>Material de escritório</i>	<i>29.322,52€</i>
<i>Outros combustíveis</i>	<i>5,75€</i>
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	<i>8.269,16€</i>
<i>Material de transporte</i>	<i>1.072,26€</i>
<i>Material de educação, cultura e recreio</i>	<i>88,99€</i>
<i>Vestuário e artigos pessoais</i>	<i>5.511,79</i>
<i>Outros fornecimentos e serviços</i>	<i>198.105,66€</i>
<i>Produtos químicos</i>	<i>2.487,73€</i>
TOTAL	249.880,07€



Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

<i>Movimentos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</i>
<i>Existências iniciais</i>		<i>191.188,11€</i>
<i>Compras</i>		<i>502.484,90€</i>
<i>Regularização de Existências</i>		<i>-634,72 €</i>
<i>Existências finais</i>		<i>249.880,07 €</i>
<i>Custos no exercício</i>		<i>443.158,22 €</i>

8.2.3.4 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras- O valor de 2.351.883,00€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 529.434,07€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções.

Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 2.601,06 €.

8.2.3.5 Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira;



As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.

Utentes- O valor de 152.146,95€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 13.663,49€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento de 3.501,39€ em relação a 2016.

Estado e outros entes públicos - O valor de 25.721,38€ representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o próximo ano.

8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POCAL, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.

Não existem.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

- Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;



- *Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.*

Não aplicável.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

Os valores expressos na rubrica Despesas de investigação e de desenvolvimento contemplam os valores inerentes a estudos e projetos de infraestruturas.

PASSIVO

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);

- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);

Património - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

Subsídios - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 20.819.248,39€, ou seja uma diminuição de 795.749,29€ relativamente ao ano anterior.

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - O valor desta rubrica com 2.201.153,74€, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2017, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 705.609,24€.

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo



Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 53.287,53€, o que representa um aumento de 13.489,77€ relativamente ao ano de 2016.

Outros Credores- O valor de 406.892,76€ corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades e ao valor do Fundo de Apoio Municipal que não consideramos como dívida, por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

Garantias e Cauções- O valor global de 494.900,98€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

Acréscimos e Diferimentos - A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2018, cujo custo onera o exercício de 2017 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2017, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 344.929,79€ corresponde a esses direitos e é superior ao do ano anterior no montante de 16.605,48 euros.

Proveitos diferidos - Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 1.810.464,83€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (21.760.427,20€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam, mostrando que no decorrer de 2017, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

**Ativo Bruto**

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferência e abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público	72.897.080,69	0,00	1.146.120,47	0,00	26.049,39	74.069.250,55
Terrenos e recursos naturais	690.315,10	0,00	6.740,00	0,00	0,00	697.055,10
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	71.791.178,84	0,00	0,00	0,00	339.348,37	72.130.527,21
Bens do património histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	415.586,75	0,00	1.139.380,47	0,00	-313.298,98	1.241.668,24
Adiantamentos p/ conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas	819.767,64	0,00	28.641,08	0,00	-42.758,19	805.650,53
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	401.762,82	0,00	0,00	0,00	0,00	401.762,82
Propriedade industrial e outros direitos	303,99	0,00	0,00	0,00	0,00	303,99
Software Informático	325.006,83	0,00	28.641,08	0,00	-24.308,19	329.643,71
Imobilizações em Curso	92.694,00	0,00	0,00	0,00	-18.450,00	74.244,00
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	80.290.576,96	140.661,00	1.925.314,87	4.161,47	-337.439,19	82.014.952,17
Terrenos e recursos naturais	6.559.191,58	140.661,00	0,00	2.562,47	-68.831,77	6.627.458,41
Edifícios e outras construções	55.581.658,37	0,00	21.191,25	0,00	1.338.493,23	56.941.342,85
Equipamento básico	11.555.172,03	0,00	49.204,07	0,00	-11.425,25	11.592.950,85
Equipamento de transporte	1.514.021,42	0,00	61.767,00	0,00	0,00	1.575.788,42
Ferramentas e utensílios	1.051.960,42	0,00	20.476,28	1.599,00	-1.828,09	1.069.009,61
Equipamento administrativo	1.560.624,15	0,00	29.051,18	0,00	-53.221,36	1.536.453,97
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.732.774,56	0,00	79.111,06	0,00	-4.504,81	1.807.380,81
Imobilizações em curso	735.174,43	0,00	1.664.514,03	0,00	-1.535.121,21	864.567,25
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0,00	0	0	0	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	703.209,96	0,00	0,00	0,00	2.750,00	700.459,96
Partes de capital	6.490,98	0,00	0,00	0,00	-2.750,00	3.740,98
Obrigações e títulos de participação	696.718,98	0,00	0,00	0,00	0,00	696.718,98
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	154.710.635,25	140.661,00	3.100.076,42	4.161,47	-356.897,99	157.590.313,21



No mapa do Ativo bruto, os movimentos inscritos na coluna "reavaliação/ajustamentos", dizem respeito a avaliações decorrentes do processo de inventariação do património do Município e não a reavaliações. De acordo com a nota explicativa ao "Quadro do Ativo imobilizado Bruto" do SATAPOCAL de março de 2015 "As regularizações relativas a elementos patrimoniais que não foram em devido tempo inventariadas devem ser registadas na coluna das reavaliações/ajustamentos".

Amortizações e Provisões

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do Domínio Público	39.658.213,97	4.170.684,04	0,00	43.828.898,01
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	39.658.213,97	4.170.684,04	0,00	43.828.898,01
Imobilizações Incorpóreas	559.235,73	129.228,32	8.877,37	679.586,68
Despesas de investigação e desenvolvimento	311.391,67	88.218,67	0,00	399.610,32
Propriedade industrial e outros direitos	125,30	0,00	0,00	125,30
Software Informático	247.718,76	41.009,67	8.877,37	279.976,36
Imobilizações Corpóreas	34.881.268,91	2.475.316,26	72.170,43	37.294.414,74
Edifícios e outras construções	19.311.994,51	2.029.940,76	0,00	21.341.935,27
Equipamento básico	11.288.076,15	100.425,07	11.425,25	11.377.075,97
Equipamento de transporte	1.159.626,61	56.455,93	0,00	1.216.082,54
Ferramentas e utensílios	748.674,33	103.380,15	3.427,09	848.627,39
Equipamento administrativo	1.362.238,67	84.059,08	52.953,86	1.393.343,89
Outras imobilizações corpóreas	1.020.658,64	101.055,27	4.364,23	1.117.349,68
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	75.108.718,61	6.775.228,62	81.047,80	81.802.899,43

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações

Os encargos de 1.355,64€ em juros, e 705.609,24€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.

**8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado**

Não se verificou a situação enunciada.

8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não se verifica a situação enunciada.

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:***Imobilizações em poder de terceiros - Contratos de Arrendamento***

Nome	Morada	Designação	NIF
Maria Aurélia Pestana Pinto	Bairro Fundo Fomento, 2	Habituação Social	127076352
Aníbal António Lopes	Bairro Fundo Fomento, 3	Habituação Social	152071539
Ana dos Santos Aires	Bairro Fundo Fomento, 5	Habituação Social	148489435
Lídia José Rodrigues	Bairro Fundo Fomento, 6	Habituação Social	186160879
Natália Amelia Calvo Madaleno	Bairro Fundo Fomento, 9	Habituação Social	122836553
António dos Santos Fins	Bairro Fundo Fomento, 11	Habituação Social	132843374
José Joaquim Gomes	Bairro Fundo Fomento, 12	Habituação Social	144095599
Guilherme dos Santos Vaz	Bairro Fundo Fomento, 17	Habituação Social	156345510
Júlia Jesus Vicente Lázaro	Bairro Fundo Fomento, 21	Habituação Social	191821144
António Júlio Miguel	Bairro Fundo Fomento, 22	Habituação Social	134235967
Carolino dos Santos Picote	Bairro Fundo Fomento, 27	Habituação Social	140836861
José dos Santos Ribeiro	Bairro Fundo Fomento, 30	Habituação Social	177516763
José dos Santos Canhoto	Bairro Fundo Fomento, 31	Habituação Social	155592971
Mário Eurico Vales Teniz	Bairro Fundo Fomento, 33	Habituação Social	225640597
Maria dos Anjos	Bairro Fundo Fomento, 35	Habituação Social	139878777
Alípio José Morgado Batista	Bairro Fundo Fomento, 36	Habituação Social	134235959
Maria Fernanda Batista Banj'Ali	Bairro Fundo Fomento, 37	Habituação Social	199906203
Irene Augusta Cordeiro	Bairro Fundo Fomento, 38	Habituação Social	165099399
Manuel da Graça	Bairro Fundo Fomento, 39	Habituação Social	168690799
Ramiro Norberto Monteiro	Bairro Fundo Fomento, 40	Habituação Social	102381305
Eduardo Miguel Mesquita Félix	Castro Vicente	Habituação Social	232000271



Moga Drink Bar Lda.	Casa das Artes	Bar	510619045
António Augusto Santos, Lda.	Central Camionagem	Escritório	502538813
Ana Cristina Estácio Tavares	Central Camionagem	Bar	217880819
Sociedade Funghal - Cogumelos de Portugal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional 1	506598640
Bísaro do Planalto, Unipessoal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional 2	514246367
Bísaro do Planalto, Unipessoal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional 3	514246367
Eulália Rosa Fernandes Dias	Ribeira do Juncal	Bar/Esplanada	190427078
Maria Adelaide Mendes Silva	Piscinas Descobertas	Bar	140081917
Lucia Adelaide Madureira Costa	Av. Duarte Pacheco	Loja artesanato	159624800
E.D.P. Distribuição de Energia, S.A.	Concelho	Rede Baixa Tensão	504394029

O contrato com a Sociedade Funghal - Cogumelos de Portugal Lda., relativo à cozinha regional n.º 1, cessou em 31/12/2017 a pedido do concessionário e aceite em reunião de Câmara de 19/12/2017.

O contrato com a sociedade Bísaro do Planalto, Unipessoal, Lda. relativo à cozinha Regional n.º.3, cessou no mês de Junho de 2017.

O contrato relativo à concessão de exploração do Bar das Piscinas, é de caráter sazonal.

Há algumas ex-escolas primárias do Concelho na posse de outras entidades de cariz social, cultural e desportivo, cedidas a título temporário para o desenvolvimento das atividades a que se propuseram.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

- Instalações de apoio à Casa do Chá - Concelho da Fábrica da Igreja de Mogadouro;

- Construção de balneários do polidesportivo do Variz - Freguesia de Penas Roias;

- Requalificação de polidesportivos do concelho - Freguesias de Travanca, Paradela, Ventozelo, S. Martinho do Peso e Castelo Branco e Meirinhos.

Imobilizações Reversíveis:

9.4



- *Fábrica da Igreja Paroquial de Bemposta - Lote nº. 8 do Santo Cristo para construção da residência paroquial por 50 anos;*

- *Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro - Construção do Lar de Idosos por 50 anos;*

- *Virilis, Comércio de Automóveis, Lda. - Parcela de 900 m2 de terreno para exploração de posto de abastecimento de combustíveis pelo prazo de 10anos;*

- *Tecsam, Tecnologia e Serviços Médicos, S.A. - Parcela de terreno de 1.375, 50 m2, para construção de uma unidade clinico laboratorial pelo prazo de 50 anos.*

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Em 31/12/2017, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

As razões da impossibilidade de valorização dos bens do imobilizado, estão associadas à não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nalguns casos porque são muito antigos e noutros porque os mesmos foram cedidos graciosamente.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não sujeitos a amortização são designadamente terrenos e recursos naturais e outros imóveis de património natural, pelo facto de não estar definido no Decreto-lei nº 671/2000 de 10 de Março.



8.2.16 - Identificação das entidades participadas

Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:

Douro Superior Associação de Desenvolvimento

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 500,00€

Capital Próprio: €

Resultado do último exercício (2017): 3.041,17 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes

Complexo do Cachão

5370-132 - CACHÃO

Participação detida: 4,55%

Capital Próprio: 495.784,93€

Resultado do último exercício (2017): 41.520,85€

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 6.000,00€

Capital Próprio: 790.057,84€

Resultado do último exercício (2017):-16.676,06€

IAREN-Instituto da Água da Região Norte

Rua Dr. Eduardo Torres, 229

4450-113 - MATOSINHOS

Participação detida: 299,28€

Capital Próprio: 1.877.145,44€

Resultado do último exercício (2017): -207.464,44€

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano

Rua Visconde da Bouça



5301-903 - Bragança

Participação detida - 45.343,08€

Capital Próprio: 139.587,44€

Resultado do último exercício (2017): -16.413,65€

Associação Nacional de Municípios Portugueses

Av. Marnoco e Sousa, 52

3004-511 - Coimbra

Participação detida - 4.815,78€

Capital Próprio: 2.181.596,11 €

Resultado do último exercício (2017): 177.431,17€

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.

Castelo de Santiago da Barra

4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00€

Capital Próprio: 7.699.033,69€

Resultado do último exercício (2017): 1.115.907,42€

Associação de Municípios do Baixo Sabor

Rua Manuel Seixas, n.º 9

5160-290 - Torre de Moncorvo

Participação detida: 22.071,12€

Capital Próprio: Não Identificado

Resultado do último exercício: Não identificado

Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional

Av. Heróis de Castelo Rodrigo, n.º 59

6440-113 - Figueira Castelo Rodrigo

Participação detida: 5.000,00€

Capital Próprio: 336.021,24€

Resultado do último exercício (2016): -11.480,29€

Agência de Energia de Trás-os-Montes

Avenida dos Aliados, 9

5400- Chaves

Participação detida: 6.741,51€

Capital Próprio: 9.386,83€

Resultado do último exercício (2017): 5.350,52€



*Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes
Rua Visconde da Bouça, Ap. 238
5300-318 - Bragança*

Participação detida: 17.499,86€

Capital Próprio: 69.509,62€

Resultado do último exercício (2016): -82.830,65€

*Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro
Plaza Egidio S/N
37173 Trabanca*

Participação detida: 1.000,00€

Capital Próprio: 364.183,15€

Resultado do último exercício (2017): 0,00€

8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria

Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:

Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável, pois a conta 18.1 "Aplicações Financeiras" em 31/12/2017 apresenta-se saldada.

8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Em 31/12/2017 não existiam Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.



Não existem.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

No ano 2017, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O valor total da provisão ascende a 2.772,80€.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não existem.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não existem dívidas ao Estado em mora.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e caucões		1.170.273,81€	230.657,90€	83.638,95€		1.023.254,86€
Recibos para cobrança	33.254,78€		92.806,05€	86.581,86€	39.478,97€	
Total	33.254,78€	1.170.273,81€	323.463,95€	137.829,14€	39.478,97€	1.023.254,86€



As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificados no mapa de contas de ordem.

O Município deu as receitas municipais (consignação de receita) como garantia, às seguintes entidades:

Garantias – Outras Garantias

<i>Instituição Bancária</i>	<i>Data Início</i>	<i>Data Fim</i>	<i>Tipo Garantia</i>	<i>Montante Contratado</i>
CGD	06/03/2009	05/09/2018	Consignação da Receita Municipal	10.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2018	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/10/2018	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	02/04/2012	02/04/2018	Consignação da Receita Municipal	5.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2018	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2018	Consignação da Receita Municipal	7.500,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2018	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €

Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

Garantias – Empréstimos Bancários

<i>Instituição Bancária</i>	<i>Empréstimo n.º</i>	<i>Tipo Garantia</i>	<i>Valor Dívida 31/12/2017</i>
CGD	42476091	Consignação da Receita Municipal	432.307,33 €
CGD	21606091	Consignação da Receita Municipal	23.085,80 €
CGD	46498091	Consignação da Receita Municipal	316.069,16 €
CGD	21622091	Consignação da Receita Municipal	23.488,92 €
CGD	21584091	Consignação da Receita Municipal	45.247,72 €
CGD	21630091	Consignação da Receita Municipal	57.198,62 €
CGD	32367091	Consignação da Receita Municipal	156.531,03 €
CGD	21592091	Consignação da Receita Municipal	11.471,24 €
CGD	49470091	Consignação da Receita Municipal	409.428,84 €
CCAM	39840562	Consignação da Receita Municipal	55.999,95 €
CCAM	46025417	Consignação da Receita Municipal	12.151,02 €
CCAM	36254663	Consignação da Receita Municipal	8.657,39€
CCAM	61285996	Consignação da Receita Municipal	649.516,72 €

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:



Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	23.092,68€	2.722,80€	0,00	25.815,48€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2017	2016
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.730.194,71€	18.725.379,04€
576 Doações	455,00€	300,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	<u>20.819.248,39€</u>	<u>21.614.997,68€</u>
Subtotal-----	55.617.317,6€	56.408.096,28€
Resultado líquido do exercício	-2.288.968,24€	-1.137.663,34€
Total dos Fundos Próprios	53.328.349,42€	55.270.432,94€

As variações verificadas na rubrica de Fundos Próprios, estão diretamente relacionadas com a acumulação do resultado líquido do exercício.

O valor registado na conta "Resultados Transitados acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior no valor -1.137.663,34 euros, bem

Handwritten signature



como o valor de correções excecionais e de grande significado verificadas ao longo do exercício, tais como:

- Do cruzamento dos mapas contabilísticos com o cadastro fiscal, concluiu-se que havia alguns imóveis por registar no património relativo a terrenos da Zona Industrial de Mogadouro no valor de 70.829,30€;

- Proveitos diferidos extraordinários no valor de 469.957,33 € do imobilizado em curso da obra participada "beneficiação da Rede Municipal - diversas estradas";

- Correção contabilística relativa ao imobilizado em curso do "Canil Intermunicipal" pelo valor de 189.028,59 €, correspondente à participação do Município de Mogadouro ao promotor da referida obra - Município de Vimioso;

-Regularização de Iva por decisão da Autoridade Tributária no pedido de reembolso no valor de 9.8436,99 euros.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	191.188,11€
Compras	0,00	502.484,90€
Regularizações de existências	0,00	-634,72€
Existências Finais	0,00	249.880,07€
Custo no Exercício		442.158,22€

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:



Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017/12/31	2016/12/31			2017/12/31	2016/12/31
681	Juros Suportados	1.355,64	5.677,43	781	Juros obtidos	0,00	36,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Imóveis	692.084,31	782.477,43
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	3.750,00	6.818,18
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	3.001,24	3.222,51	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	445,35	0,00
	Subtotal	4.356,88	8.899,94				
	Resultados Financeiros	691.922,78	780.431,67		Total		
	Total	696.279,66	789.331,61			696.279,66	789.331,61

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017/12/31	2016/12/31			2017/12/31	2016/12/31
691	Transferências capital concedidas	453.439,03	216.811,22	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	2.722,80	768,23	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	1.142,99	863,93	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	21.151,37	2.595,05	794	Ganhos Imobilizações	121,95	5.199,02
695	Multas e Penalidades	14.025,00	1.903,59	795	Benefícios penal. contratuais	23.614,25	12.347,69
696	Aumentos Amortizações Provisões	0,00	40,46	796	Reduções Amortiz. Provisões	0,00	773.396,31
697	Correções relativas a exercícios anteriores	20,77	204,78	797	Correções relativas a exercícios anteriores	21.549,53	23.924,59
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	16.958,66	36.586,22	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	1.675.689,07	1.572.530,95
	Subtotal	509.460,62	259.773,48				
	Resultados Extraordinários	1.211.514,18	2.127.625,08		Total		
	Total	1.720.974,80	2.387.398,56			1.720.974,80	2.387.398,56

9/11



7/11
10/11

Encargos com o Revisor Oficial de Contas:

2017	2016
10.701,00€	6.642,00€

11/11

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- *Balanço*
- *Demonstração de Resultados*
- *Demonstração de Resultados Financeiros*
- *Demonstração de Resultados Extraordinários*
- *Ativo Bruto*
- *Amortizações e Provisões*
- MAPAS DO IMOBILIZADO:**
 - *Mapa dos bens sem valorização*
 - *Mapa de Imobilizações em curso*
 - *Mapa Geral dos Bens Móveis Abatidos*
 - *Mapa do Inventário*
 - *Resumo da Execução da Receita e Despesa*
 - *Mapa de Controlo Orçamental da Receita*
 - *Mapa de Controlo Orçamental da Despesa*
 - *Fluxos de Caixa*
 - *Mapa de Operações de Tesouraria*
 - *Mapa das Contas de Ordem*
 - *Caracterização da entidade*
 - *Mapa dos Empréstimos*
 - *Contratação Administrativa - Situação dos Contratos*
 - *Síntese das Reconciliações Bancárias*
 - *Relação Nominal de Responsáveis*
 - *Execução das Grandes Opções do Plano*
 - *Execução do Plano Plurianual de Investimentos*
 - *Execução do Plano de Atividades Municipais*
 - *Modificações às Grandes Opções do Plano*
 - *Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa*
 - *Mapa de Outras Dívidas a Terceiros*
 - *Mapa de Transferências Correntes - Receita*
 - *Mapa das Transferências de Capital - Receita*



- *Mapa de Transferências Correntes - Despesa*
- *Mapa das Transferências de Capital - Despesa*
- *Relação dos encargos assumidos e não pagos*
- *Resumo Diário de Tesouraria*
- *Fundos de Maneio*
- *Mapas das Reconciliações bancárias*
- *Notas demonstrativas com respetivas certidões*
- *Mapa das Participações em Entidades não Societárias*
- *Mapa das Participações em Entidades Societárias*
- *Declaração nos termos da Resolução n.º 3/2016 do Tribunal de Contas*
- *Declaração de Compromissos Plurianuais*
- *Declaração de pagamentos em atraso*
- *Declaração agregada de recebimentos em atraso*
- *Mapa síntese dos bens inventariados*
- *Mapa das Existências em Armazéns*